

# **O desenvolvimento sustentável na União Europeia**

**Relatório de acompanhamento de 2011 relativo à estratégia de desenvolvimento sustentável da UE**

## Síntese

O desenvolvimento sustentável constitui um objectivo fundamental e abrangente da União Europeia, que tem por finalidade melhorar de forma contínua a qualidade de vida e o bem-estar das gerações actuais e futuras, conjugando o desenvolvimento económico com a defesa do ambiente e a justiça social.

A estratégia da UE em matéria de desenvolvimento sustentável (EDS da UE) de 2006 descreve a forma mais eficaz de a UE enfrentar os desafios inerentes ao desenvolvimento sustentável. O objectivo global consiste em melhorar continuamente a qualidade de vida dos cidadãos, através de comunidades sustentáveis que gerem e utilizam os recursos de maneira eficiente e aproveitam o potencial de inovação ecológica e social da economia, garantindo prosperidade, protecção ambiental e coesão social.

A quantificação dos progressos realizados com vista ao desenvolvimento sustentável faz parte integrante da EDS da UE, competindo ao Eurostat elaborar um relatório de acompanhamento de dois em dois anos, com base no conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável da UE (IDS da UE). Até à data, o Eurostat produziu três relatórios de acompanhamento, em 2005, 2007 e 2009. Este quarto relatório regista os progressos obtidos no cumprimento dos objectivos e dos principais desafios da estratégia.

A EDS da UE define objectivos e metas para colocar a União Europeia na senda do desenvolvimento sustentável. Considerando esses objectivos e metas, este relatório apresenta uma avaliação quantitativa, para aferir se a UE estará a evoluir na direcção certa, como reflectido na evolução revelada pelos IDS da UE.

*O objectivo global da EDS da UE*

*consiste em melhorar a qualidade de vida*

*A utilização de indicadores para quantificar os progressos é parte integrante da estratégia*

*O presente relatório avalia os progressos obtidos no cumprimento das metas e objectivos da EDS da UE*

## Estará a União Europeia na trajectória do desenvolvimento sustentável?

O objectivo deste relatório não consiste em fornecer uma avaliação absoluta sobre a sustentabilidade da UE, dada a inexistência de um consenso político ou científico relativamente ao que constitui esse estado de sustentabilidade ou quanto aos níveis ideais de muitos dos indicadores que aqui se apresentam. Propõe-se antes avaliar os progressos alcançados em matéria de cumprimento dos objectivos e metas da EDS da UE, que se destinam a colocar a União Europeia na trajectória implicitamente definida como o caminho para o desenvolvimento sustentável. Como tal, é apresentada no relatório uma avaliação relativa para aferir se a UE estará a evoluir na direcção certa, à luz desses objectivos e metas. Ao fazê-lo, coloca a tónica no «desenvolvimento sustentável» e não na «sustentabilidade»<sup>1</sup>.

A fim de avaliar se se registaram progressos com vista ao desenvolvimento sustentável, poderá ter interesse comparar os resultados da avaliação das tendências dos indicadores-chave tal como são

---

<sup>1</sup> Deve ser estabelecida uma distinção entre os conceitos de «desenvolvimento sustentável» e de «sustentabilidade». A «sustentabilidade» é uma propriedade de um sistema, que é mantido num estado específico ao longo do tempo. O conceito de «desenvolvimento sustentável» refere-se a um processo que implica mudança ou desenvolvimento. A estratégia visa «obter melhorias contínuas da qualidade de vida», pondo assim a tónica na sustentação do processo de melhorias do bem-estar humano. Mais do que a busca de um equilíbrio estável, o desenvolvimento sustentável é um conceito dinâmico que reconhece as mudanças como sendo inerentes às sociedades humanas.

apresentados no presente relatório com os do relatório de 2009<sup>2</sup>. Contudo, dois factores dificultam essa comparação. Em primeiro lugar, este quadro é complicado pelos efeitos perturbadores da crise económica e financeira que se tem feito sentir desde 2007. Na secção seguinte do presente capítulo procura-se descrever alguns desses impactos. Em segundo lugar, há várias diferenças entre os conjuntos de dados, as metas e as metodologias de avaliação utilizadas nos dois relatórios. A fim de compensar estas diferenças, as avaliações do relatório anterior foram revistas em conformidade com os conjuntos de dados e as metodologias utilizadas no presente relatório, sendo apresentadas no quadro 1 juntamente com as avaliações originais de 2009 e as do presente relatório.

**Quadro 1: Comparação entre as avaliações dos indicadores-chave em 2009 e na presente edição<sup>3</sup>**

Tema do IDS	Indicador-chave	Relatório de 2009	Avaliação revista de 2009	Relatório actual
Desenvolvimento socioeconómico	PIB real <i>per capita</i>			
Produção e consumo sustentáveis	Produtividade dos recursos			
Inclusão social	Risco de pobreza ou de exclusão social			
Alterações demográficas	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos			
Saúde pública	Esperança de vida e anos de vida saudável			
Alterações climáticas e energia	Emissões de gases com efeito de estufa			
	Consumo de energias renováveis			
Transporte sustentável	Consumo energético dos transportes em relação ao PIB			
Recursos naturais	Abundância de aves comuns			
	Conservação dos recursos haliêuticos			
Parceria global	Ajuda pública ao desenvolvimento			
Boa governação	[Não tem indicador-chave]	:	:	:

Apesar de os resultados da avaliação nos dois relatórios terem sido iguais apenas para dois dos onze indicadores-chave (esperança de vida, do tema «Saúde pública», e índice relativo às aves comuns, do tema «Recursos naturais»), se tivessem sido utilizados em 2009 os mesmos conjuntos de dados, metas e metodologia de avaliação, a avaliação de sete indicadores teria sido idêntica nos dois relatórios. Estes incluem, além dos dois indicadores atrás referidos, os dois indicadores de «dissociação» (produtividade dos recursos e consumo energético dos transportes em relação ao PIB), risco de pobreza ou de exclusão social, o consumo de energias renováveis e a conservação dos recursos haliêuticos.

Portanto, registaram-se mudanças reais significativas no caso dos restantes quatro indicadores. Nestes casos, a situação passou a ser menos favorável em relação a dois indicadores: PIB real *per capita* e taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos. Por outro lado, a situação tornou-se mais favorável em relação a dois indicadores: emissões de gases com efeitos de estufa e ajuda pública ao desenvolvimento. Tal como se descreve na secção seguinte, a crise económica e financeira teve impacto em várias destas alterações.

De um modo geral, as circunstâncias acima referidas dificultam a avaliação dos progressos alcançados

<sup>2</sup> [Eurostat, Sustainable development in the European Union: 2009 monitoring report of the EU sustainable development strategy, Luxemburgo, Serviço das Publicações da União Europeia, 2009.](#)

<sup>3</sup> Na Introdução é apresentada uma explicação sobre os métodos de avaliação e o significado dos símbolos meteorológicos.

desde o relatório de 2009. Contudo, atendendo a que perto de metade dos indicadores-chave estão a evoluir num sentido moderadamente desfavorável, não se pode ainda concluir que a União Europeia esteja a seguir uma trajectória de desenvolvimento sustentável.

## Efeitos da crise económica e financeira global

Em consequência da crise económica e financeira global, que teve o seu início em fins de 2007, a UE entrou em recessão em 2008<sup>4</sup>. Em meados de 2011, quando o presente relatório estava a ser finalizado, a economia da UE acusava ainda um crescimento lento. O impacto destes acontecimentos foi grave, indo muito além da economia e afectando muitas das questões abrangidas pelos indicadores apresentados na presente publicação. Nesta secção é facultada uma breve síntese dos domínios afectados no período iniciado em 2007 e estendido, quando possível, até 2010. Se bem que tal não seja ainda claro actualmente, algumas das consequências da crise, tais como baixos níveis de investimento, poderão ter consequências de longo prazo e efeitos de contágio persistentes que só se tornarão evidentes em relatórios posteriores.

Os problemas de liquidez do sector bancário, que começaram em 2007, estiveram na origem de restrições na concessão de crédito e de uma descida do valor dos activos que se traduziram numa quebra da procura no consumo (reflectida no indicador «gastos das famílias»), num aumento da «poupança das famílias», numa quebra do «investimento» de empresas e famílias, num decréscimo do comércio internacional (reflectido no indicador «importações de países em desenvolvimento») e numa descida do «PIB real *per capita*». Os níveis da «dívida pública» aumentaram drasticamente. A «taxa de emprego» desceu, nomeadamente no caso dos jovens, e os homens foram mais atingidos do que as mulheres («emprego das mulheres»). A tendência de subida da «taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos» desacelerou. Devido à retenção da mão-de-obra e a alterações dos horários de trabalho, a «produtividade do trabalho» reduziu-se. Em contrapartida, as «despesas com investigação e desenvolvimento» aumentaram, pois vários países reforçaram essas despesas, numa tentativa de apoio à recuperação económica e ao crescimento a longo prazo. Em consequência da quebra da procura, a produção industrial desceu também, como o comprova o exemplo da «produção de químicos tóxicos».

O aumento do «desemprego» e do «desemprego de longa duração» teve impactos sociais. Apesar de o «risco de pobreza» global ter diminuído, este risco aumentou para o grupo etário dos 25 aos 49 anos, tendo também aumentado ligeiramente para o grupo etário dos 18 aos 24 anos. A «intensidade da pobreza» agravou-se igualmente, tal como os «suicídios», nomeadamente dos homens e das pessoas de meia-idade. A «taxa bruta de crescimento migratório» desceu também, provavelmente em reacção à dificuldade de encontrar emprego na UE. Em termos de luta contra a pobreza global, o «financiamento dos países em desenvolvimento» decresceu, devido à redução dos fluxos de fundos dos doadores privados, mais do que do financiamento público ou das ONG.

A procura de energia («consumo energético final») desceu, em paralelo com o PIB. Esta redução do consumo esteve na origem de uma estabilização da «dependência energética» da UE, interrompendo a tendência de longo prazo de aumento dessa dependência. As «emissões de gases com efeito de estufa» e as «emissões atmosféricas» poluentes, que estavam já a decrescer, reduziram-se ainda mais rapidamente.

O transporte de mercadorias reduziu-se mais rapidamente do que o PIB (o que se reflectiu no indicador «volume do transporte de mercadorias em relação ao PIB»). No entanto, provavelmente devido a um decréscimo mais lento do transporte de passageiros, o consumo de energia dos transportes desceu menos do que o PIB («consumo de energia dos transportes em relação ao PIB»). As «emissões de gases com efeito de estufa dos transportes» desceram e as «emissões de óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>) dos transportes» e as «emissões de partículas dos transportes» reduziram-se mais rapidamente do que nos anos anteriores. A «mortalidade resultante de acidentes rodoviários» reduziu-se também, provavelmente em consequência de menores volumes de tráfego.

<sup>4</sup> Para uma análise mais aprofundada da crise, consultar: [Comissão Europeia, «Economic Crisis in Europe: Causes, Consequences and Responses», \*European Economy\*, n.º 7, 2009.](#)

A reacção do público à crise e à forma como esta foi abordada reflectiu-se numa quebra da «confiança dos cidadãos nas instituições da UE» e na descida da afluência às urnas nas «eleições legislativas nacionais».

## Progressos com vista ao desenvolvimento sustentável na União Europeia

Dos mais de 100 indicadores apresentados neste relatório, onze foram identificados como indicadores-chave. Pretende-se que ofereçam um quadro global dos eventuais progressos realizados pela União Europeia com vista ao desenvolvimento sustentável, tendo em conta os objectivos e metas estabelecidos na EDS da UE. O panorama apresentado pela avaliação dos progressos desde o ano 2000, com base nestes indicadores-chave, é bastante heterogéneo.

**Quadro 2: Avaliação das mudanças dos indicadores-chave (UE-27, desde 2000)<sup>5</sup>**

Tema IDS	Indicador-chave	Avaliação das mudanças UE-27
Desenvolvimento socioeconómico	PIB real <i>per capita</i>	
Consumo e produção sustentáveis	Produtividade dos recursos	
Inclusão social	Risco de pobreza ou de exclusão social (*)	
Alterações demográficas	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos	
Saúde pública	Esperança de vida e anos de vida saudável (**)	
Alterações climáticas e energia	Emissões de gases com efeito de estufa	
	Consumo de energias renováveis (***)	
Transporte sustentável	Consumo energético dos transportes em relação ao PIB	
Recursos naturais	Abundância de aves comuns (****)	
	Conservação dos recursos haliêuticos	
Parceria global	Ajuda pública ao desenvolvimento	
Boa governação	[Não tem indicador-chave]	:

(\*) Desde 2005.

(\*\*) Desde 2002.

(\*\*\*) Desde 2006.

(\*\*\*\*) Agregado da UE, com base em 19 Estados-Membros.



### Mudanças claramente favoráveis

Os recentes desenvolvimentos podem ser considerados favoráveis para o indicador-chave do tema «inclusão social», pois o número de pessoas em **risco de pobreza ou de exclusão social** é cada vez menor. Cerca de dois milhões de pessoas saíram da situação de risco de pobreza ou de exclusão social entre 2008 e 2009.

Pode também ser considerada claramente favorável a evolução dos dois

*Entre 2008 e 2009, cerca de dois milhões de pessoas saíram da situação de risco de pobreza ou de exclusão social*

<sup>5</sup> Na Introdução é apresentada uma explicação sobre os métodos de avaliação e o significado dos símbolos meteorológicos.

indicadores-chave relacionados com as «alterações climáticas e energia». As **emissões de gases com efeito de estufa** da UE reduziram-se significativamente entre 2000 e 2009, pelo que é provável que sejam cumpridos tanto os compromissos de Quioto da UE-15 (redução de 8% até 2008-12), como o objectivo da UE-27 de redução de 20% das emissões até 2020, face aos níveis de 1990. Devido a alterações da metodologia, só estão disponíveis dados relativos ao segundo indicador-chave, **consumo de energias renováveis**, para o período de 2006 a 2008. Porém, se for mantido o ritmo actual de mudança registado neste curto período, a UE realizará provavelmente o objectivo de aumentar para 20% a quota de energias renováveis no seu consumo final energético até 2020.



#### *Mudanças moderadamente favoráveis*

Podem observar-se mudanças moderadamente favoráveis no caso dos indicadores-chave relacionados com o «desenvolvimento socioeconómico» e a «saúde pública», bem como com os dois indicadores-chave «recursos naturais».

No que se refere ao «desenvolvimento socioeconómico», o indicador-chave **PIB real per capita** cresceu em média 0,9% por ano entre 2000 e 2010, embora a crise económica e a recessão subsequente de 2009 tenham provocado uma quebra para perto do nível de 2005. Registou-se um crescimento lento em 2010 na UE no seu conjunto e, em meados de 2011, quando o presente relatório estava a ser finalizado, a economia da UE continuava a acusar um crescimento lento.

No que se refere à «saúde pública», os dados sobre **esperança de vida** na UE indicam que se registaram alguns progressos na esperança de vida da população da UE. Uma rapariga nascida em 2008 terá uma esperança de vida média de 82,4 anos e um rapaz de 76,4 anos.

Os dados sobre a **abundância de aves comuns**, um dos indicadores-chave do tema «recursos naturais», demonstram que o índice para todas as aves comuns aumentou ligeiramente, embora o número de aves nas terras agrícolas tenha sofrido uma evolução desfavorável entre 2000 e 2008.



#### *Mudanças moderadamente desfavoráveis*

Em cinco dos onze indicadores-chave do conjunto de IDS da UE registam-se mudanças moderadamente desfavoráveis, inclusive nos que se relacionam com o «consumo e produção sustentáveis», as «alterações demográficas», o «transporte sustentável» e a «parceria global», bem como em um dos dois indicadores-chave do tema «recursos naturais».

O indicador-chave «consumo e produção sustentáveis» registou uma tendência moderadamente desfavorável no período de 2000 a 2007. Embora os aumentos da **produtividade dos recursos** demonstrem que a UE utiliza com mais eficiência os seus recursos, a procura de materiais (e as pressões ambientais a ela associadas) continuou a crescer.

No que se refere às «alterações demográficas» na UE, até 2008 o aumento da **taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos** estava no bom caminho para cumprir o objectivo de 50% em 2010. Porém, em consequência da crise, esse crescimento quase cessou em 2009 e 2010, o que teve como resultado uma taxa de emprego de cerca de 46% em 2010 e, portanto, a não realização do objectivo.

*Os objectivos de 2020 para os dois indicadores-chave do tema «alterações climáticas e energia» serão provavelmente atingidos*

*Mudanças moderadamente favoráveis para os indicadores «PIB real per capita», «esperança de vida» e «índice de aves comuns».*

*Cerca de metade dos indicadores-chave apresentam tendências moderadamente desfavoráveis*

*A produtividade dos recursos aumentou, mas o consumo de materiais aumentou também*

*A UE não atingiu o objectivo de uma taxa de emprego de 50% dos*

Tal como a «produtividade dos recursos», o **rácio consumo de energia dos transportes por unidade de PIB** sofreu uma redução moderada entre 2000 e 2009. Contudo, e apesar da quebra significativa provocada pela crise em 2009, o consumo de energia dos transportes aumentou desde 2000, se bem que mais lentamente do que o crescimento da economia. A dissociação entre o consumo de energia dos transportes e o desenvolvimento económico é pouco visível.

*trabalhadores mais velhos em 2010*

*A dissociação entre o consumo de energia dos transportes e o crescimento económico é pouco visível*

No que se refere à **conservação dos recursos haliêuticos**, um dos dois indicadores-chave do tema «recursos naturais», o total de capturas de peixe efectuadas em unidades populacionais que não se encontram dentro dos seus limites biológicos seguros foi de perto de 24%, em 2009. Se bem que esta evolução possa ser considerada positiva, em comparação com a quota de cerca de 37% em 2000, o total das capturas continua a exceder os níveis de exploração sustentáveis.

*As capturas no Nordeste do Atlântico continuam a exceder os níveis de exploração sustentáveis*

No que se refere aos compromissos internacionais da UE, a percentagem do Rendimento Nacional Bruto (RNB) despendida pela UE entre 2005 e 2010 em **ajuda pública ao desenvolvimento** foi de cerca de 0,4% do RNB. Portanto, a UE não atingiu o seu objectivo intercalar de 0,56% em 2010 e tão-pouco está no bom caminho para atingir o objectivo de dedicar 0,7% do seu RNB à APD em 2015. Registe-se, porém, que muitos outros indicadores do tema «parceria global» apresentam tendências mais favoráveis.

*A UE não está no bom caminho para atingir o seu objectivo de dedicar 0,7% do RNB à APD em 2015*



### *Mudanças claramente desfavoráveis*

Nenhum indicador-chave apresenta mudanças claramente desfavoráveis, o que sugere que a União Europeia fez alguns progressos na senda do desenvolvimento sustentável. Porém, tendo em conta os indicadores adicionais dos temas individuais do conjunto de IDS da UE, observa-se que persistem algumas mudanças claramente desfavoráveis e que o quadro geral pode ser menos positivo do que o levaria a crer a análise dos indicadores-chave isolados.

### *• Não tem indicador-chave*

O tema da «boa governação» não contém indicador-chave, uma vez que nenhum dos indicadores foi considerado suficientemente sólido, ou pertinente em termos políticos, para permitir uma visão de conjunto do conceito de boa governação.












## Panorama detalhado das principais mudanças

Apesar de os indicadores-chave apresentarem uma panorâmica da evolução do conjunto dos principais desafios da EDS da UE, torna-se necessário, para obter uma imagem mais completa e matizada, analisar tema a tema a evolução patente nos indicadores.

### Desenvolvimento socioeconómico

Muitas das tendências de longo prazo do tema do desenvolvimento socioeconómico foram influenciadas positiva ou negativamente pela recente crise económica e financeira global. No que a este ponto se refere, deterioraram-se a curto prazo especialmente as tendências em domínios como os do investimento, do emprego e do desemprego, ou ainda do PIB real *per capita* e da produtividade do trabalho, embora estas duas últimas tenham já recomeçado a recuperar. Por outro lado, registaram-se melhorias nas despesas com I&D e na intensidade energética, bem como, transitoriamente, na poupança das famílias.

**Quadro 3: Avaliação das mudanças observadas no tema do desenvolvimento socioeconómico (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
		<b>Desenvolvimento económico</b>
	 Investimento	 Disparidades regionais no PIB  Poupança das famílias
		<b>Competitividade, inovação e eco-eficiência</b>
 PIB real <i>per capita</i>	 Produtividade do trabalho	 Despesas com investigação e desenvolvimento  Intensidade energética
		<b>Emprego</b>
	 Emprego	 Emprego das mulheres  Disparidades regionais no emprego  Desemprego

#### **Indicador-chave**

De 2000 a 2010, o PIB real *per capita* da UE no seu conjunto cresceu, em média, 0,9% ao ano; porém, registaram-se grandes variações dessa taxa de crescimento na UE. Durante o surto de crescimento económico verificado entre 2003 e 2007, as taxas de crescimento aumentaram para 2,7%, tendo sido mesmo muito superiores em vários países da Europa Oriental. Porém, em reacção à crise económica, o PIB *per capita* estagnou em 2008 e desceu acentuadamente em 2009, para -4,6%. Os países mais atingidos pela crise foram os Estados-Membros da Europa Oriental, onde o crescimento fora mais rápido. Em 2010 registou-se em toda a UE e na maioria dos seus Estados-Membros um crescimento lento e na Irlanda, na Grécia, em Espanha e na Roménia o crescimento foi negativo.

*Seguiu-se a um período de crescimento rápido uma estagnação do crescimento provocada pela crise financeira*

*Crescimento lento em 2010*

#### **Desenvolvimento económico**

De 2000 a 2009, o total dos investimentos em termos de percentagem do PIB acompanhou o ciclo económico (nomeadamente devido ao investimento das empresas). Após ter atingido um pico de 21,7%, em 2007, desceu em 2008 e 2009 para um nível de 19,4%, principalmente em consequência de um corte no investimento das empresas, em reacção à crise económica.

*O investimento, expresso em percentagem do PIB, manteve-se relativamente estável*

As disparidades regionais do PIB na UE reduziram-se de 35,5% para 32,7%, no período de 2000 a 2007. Juntamente com a redução das disparidades regionais no emprego, esta evolução sugere que se está a verificar uma convergência crescente entre as regiões da UE. A disparidade do PIB regional no interior dos países continuou a ser elevada, nomeadamente nos Estados-Membros da Europa Oriental, onde a transição rápida para uma economia de mercado esteve na origem de uma desigualdade crescente na distribuição da riqueza.

*As disparidades regionais da actividade económica diminuíram*

Durante a maior parte do período de 2000 a 2010, a poupança das famílias, em termos de percentagem do rendimento disponível na UE, desceu continuamente; contudo, aumentou ligeiramente em 2008 e consideravelmente em 2009, em resposta à crise financeira. Em 2010 o nível de poupança das famílias desceu novamente, para níveis próximos dos de 2004. As diferenças entre os Estados-Membros continuam a ser significativas.

*A taxa de poupança aumentou em resposta à crise económica*



### *Inovação, competitividade e eco-eficiência*

A produtividade do trabalho na UE aumentou em média 1,1% por ano entre 2000 e 2010. Apesar de ter crescido 1,7% ou 1,8% por ano em vários anos, principalmente devido à aceleração do crescimento nos Estados-Membros da Europa Oriental, começou a cair em 2008 e em 2009 desceu 1,2%. Em 2010 aumentou 1,6%.

*A produtividade do trabalho desacelerou com a crise*

Durante a maior parte do período compreendido entre 2000 e 2009, as despesas com I&D em termos de percentagem do PIB mantiveram-se bastante estáveis no conjunto da UE, a um nível de 1,8 a 1,9%. Em 2008 e 2009, as despesas com I&D aumentaram ligeiramente.

*As despesas com I&D atrasaram-se na sua trajectória de cumprimento do objectivo.*

De 2000 a 2009, a intensidade energética da UE decresceu regularmente, decréscimo esse que em alguns anos atingiu 2,5% e que esteve na origem de uma dissociação total entre o consumo energético bruto interno e o crescimento do PIB.

*Dissociação total entre o consumo energético e o crescimento económico*

### *Emprego*

A taxa de emprego na UE aumentou de 66,6%, em 2000, para 70,4%, em 2008; porém, em 2010 regrediu para 68,6%. Os homens, os jovens e as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos foram especialmente afectados.

*Os progressos em direcção a uma taxa de emprego de 75% foram entravados pela crise económica*

No período de 2000 a 2010, o emprego das mulheres aumentou continuamente, de 57,3% para 62,1%, reduzindo as disparidades entre homens e mulheres. Porém, subsistem diferenças consideráveis entre os Estados-Membros.

*As disparidades de emprego e desemprego entre homens e mulheres estão a reduzir-se*

As disparidades regionais na taxa de emprego reduziram-se de 13,0%, em 2000, para 11,8%, em 2009. Essa melhoria foi alcançada graças à situação mais estável das mulheres nas economias regionais.














Em média, o desemprego aumentou na UE entre 2000 e 2010. Apesar de ter descido para níveis mais baixos após a retoma económica de 2003 a 2007, em resposta à crise económica aumentou muito em 2009 e estabilizou em 2010, em níveis superiores aos de 2000.

*Os êxitos no combate ao desemprego foram anulados pela crise económica*

### *Consumo e produção sustentáveis*

A evolução dos padrões de consumo e produção desde 2000 evidencia algumas tendências extremamente desfavoráveis, mas também outras extremamente favoráveis. Por um lado, o consumo de materiais e electricidade, bem como a produção de resíduos perigosos, continuam a aumentar (tanto em termos absolutos, como numa base *per capita*). Por outro lado, o consumo final de energia e a quantidade de resíduos não minerais produzidos na UE desceram e a quota-parte de resíduos reciclados ou compostados aumentou. Além disso, registaram-se reduções substanciais das emissões de poluentes atmosféricos importantes e fizeram-se progressos relacionados com os padrões de produção, no que se refere à dimensão ecológica da responsabilidade social das empresas e a práticas agrícolas ecológicas.

**Quadro 4: Avaliação das mudanças observadas no tema da produção e consumo sustentáveis (EU-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
 Produtividade dos recursos	<b>Utilização de recursos e resíduos</b>	
	 Resíduos não minerais (*)	 Consumo interno de materiais  Resíduos perigosos (*)  Resíduos municipais reciclados e compostados  Emissões para a atmosfera
	<b>Padrões de consumo</b>	
	 Consumo de electricidade das famílias	: Número de membros das famílias : Despesas das famílias  Consumo final de energia  Posse de automóvel
<b>Padrões de produção</b>		
 Sistemas de gestão ambiental (**)	 Rótulos ecológicos : Superfície abrangida por compromissos agro-ambientais  Agricultura biológica (***)  Índice de encabeçamento (**)	

(\*) Desde 2004.

(\*\*) Desde 2003.

(\*\*\*) Desde 2005.

#### **Indicador-chave**

A evolução da produtividade dos recursos (medida em termos do rácio PIB/consumo interno de materiais) foi moderadamente desfavorável no período de 2000 a 2007. Apesar de o aumento da produtividade dos recursos verificado de 2000 a 2007 indicar que a UE passou a utilizar mais eficientemente os seus recursos (o PIB cresceu a um ritmo mais rápido do que o consumo interno de materiais), a procura de materiais (e as pressões ambientais a ela associadas) continuou a aumentar. Portanto, a dissociação entre o desenvolvimento económico e a utilização dos recursos foi apenas relativa.

*Dissociação relativa entre a utilização dos recursos e o PIB*

#### **Resíduos e utilização de recursos**

O consumo interno de materiais aumentou moderadamente, em termos absolutos e *per capita*, no período de 2000 a 2007. Esta evolução foi impulsionada por um aumento da extracção interna e das importações resultante de uma procura crescente de minerais.

*O consumo de materiais continua a aumentar*

A produção de resíduos apresenta tendências favoráveis e desfavoráveis. Por um lado, a produção de resíduos não minerais da UE decresceu entre 2004 e 2008 e o tratamento de resíduos municipais registou uma evolução significativa no sentido da reciclagem e da compostagem entre 2000 e 2009. Por outro, a produção de resíduos perigosos aumentou consideravelmente entre 2004 e 2008.

*Melhoria da gestão dos resíduos, apesar do aumento dos resíduos mais perigosos*

As emissões atmosféricas de óxidos de enxofre, óxidos de azoto, compostos orgânicos voláteis não metânicos e amoníaco decorrentes da actividade humana reduziram-se todas consideravelmente entre 2000 e 2008.

*Decréscimo das emissões atmosféricas*

### *Padrões de consumo*

As despesas das famílias da UE aumentaram continuamente entre 2000 e 2007, mas decresceram ligeiramente em 2008 e 2009, em consequência da crise económica. O número de membros das famílias reduziu-se, reflectindo uma tendência contínua para famílias mais pequenas.

*Maior número de famílias mais pequenas, com despesas crescentes*

Entre 2000 e 2009, o consumo de electricidade das famílias aumentou substancialmente, mas o consumo final de energia desceu ligeiramente, principalmente em consequência da crise económica.

*O consumo final de energia desceu em 2009*

Entre 2000 e 2009, o número de automóveis de passageiros por 1 000 habitantes continuou a crescer, se bem que a um ritmo mais lento do que no período de 1999 a 2000.

*Cada vez mais automóveis nas estradas*

### *Padrões de produção*

As empresas europeias estão a integrar cada vez mais, e a título voluntário, as questões sociais e ambientais nas suas operações e interações com as partes interessadas, conceito que é designado pelo nome de «responsabilidade social das empresas». O número de organizações que puseram em prática um sistema certificado de gestão ambiental, na acepção do Regulamento relativo ao sistema de ecogestão e auditoria, aumentou significativamente entre 2003 e 2010. O número de licenças relativas a rótulos ecológicos aumentou também consideravelmente entre 2000 e 2010, mas as quotas de mercado dos produtos conexos continuam a ser baixas.

*Aumento do número de licenças de rótulos ecológicos e de organizações que aplicam um sistema de gestão ambiental certificado*














No que se refere à produção agrícola sustentável na UE, a percentagem da superfície agrícola total abrangida por compromissos ambientais e a percentagem dedicada à agricultura biológica aumentaram notoriamente até 2009. Por outro lado, o encabeçamento por hectare registou um decréscimo favorável entre 2003 e 2007.

*Sinais de uma agricultura menos intensiva*

### **Inclusão social**

As tendências observadas desde 2000 no tema da inclusão social de um modo geral são animadoras, nomeadamente em termos de redução da pobreza. A evolução do risco global de pobreza ou de exclusão social tem sido claramente favorável, reflectindo-se, nomeadamente, no número de pessoas em risco de privação material grave e no número de pessoas em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa. Tem-se registado igualmente uma evolução claramente favorável em termos de redução do número de adultos com baixos níveis de escolaridade e da diferença entre os salários de homens e mulheres (diferença salarial entre homens e mulheres). Por outro lado, tem-se registado uma evolução moderadamente favorável em termos de redução do risco de pobreza monetária, da intensidade da pobreza, das desigualdades de rendimento e do desemprego de longa duração. Porém, manifestam-se também vários desenvolvimentos desfavoráveis. A percentagem de trabalhadores pobres aumentou, a participação na aprendizagem ao longo da vida reduziu-se, não cumprindo o objectivo estabelecido para 2010, e serão necessários mais progressos para reduzir o abandono escolar e o baixo nível de literacia dos alunos.

**Quadro 5: Avaliação das mudanças observadas no tema da inclusão social (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
	<b>Pobreza monetária e condições de vida</b>	
 Risco de pobreza ou de exclusão social (*)	 Risco de pobreza após as transferências sociais (*)	 Intensidade da pobreza (*)
	 Privação material grave (*)	 Desigualdades de rendimento (*)
	<b>Acesso ao mercado de trabalho</b>	
	 Famílias com uma intensidade de trabalho muito baixa (*)	 Trabalhadores pobres (*)  Desemprego de longa duração  Diferença salarial entre homens e mulheres (**) <b>Educação</b>
 Abandono escolar (***)	 Adultos com baixo nível de escolaridade  Aprendizagem ao longo da vida (***)  Fraco desempenho escolar dos estudantes em leitura	

(\*) Desde 2005.

(\*\*) Desde 2006.

(\*\*\*) Desde 2003.

**Indicador-chave**

Cerca de dois milhões de pessoas saíram da situação de risco de pobreza ou de exclusão social entre 2008 e 2009. Tal deveu-se principalmente à redução do número de pessoas que sofrem de privação material grave.

*Entre 2008 e 2009, cerca de dois milhões de pessoas saíram da situação de risco de pobreza ou de exclusão social*

**Pobreza monetária e condições de vida**

A percentagem de pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais reduziu-se apenas ligeiramente desde 2005, mas o número de pessoas em situação de privação material grave reduziu-se substancialmente e essa tendência favorável verifica-se na maior parte dos Estados-Membros. A diferença entre o rendimento dos pobres e o limiar de pobreza (intensidade da pobreza) reduziu-se ligeiramente e a desigualdade de rendimentos registou um decréscimo marginal.

*Ligeira redução da percentagem de pessoas em risco de pobreza monetária. Menos privação material*

**Acesso ao mercado de trabalho**

Entre 2005 e 2009, a percentagem de pessoas em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa reduziu-se na UE, no seu conjunto, e na maior parte dos Estados-Membros. Embora a taxa de desemprego de longa duração tenha descido ligeiramente desde 2000, a percentagem de pessoas em risco de pobreza, apesar de estarem empregadas (trabalhadores pobres) aumentou entre 2005 e 2009. A diferença salarial entre homens e mulheres reduziu-se significativamente entre 2006 e 2009, mas não em todos os Estados-Membros.

*Ligeiramente menos desemprego de longa duração, mas mais trabalhadores pobres*

**Educação**

O abandono escolar reduziu-se na UE, mas serão necessários novos progressos

*Registaram-se*









para cumprir o objectivo para 2020. Registaram-se também progressos desde 2003 no domínio da participação da aprendizagem ao longo da vida, mas o objectivo para 2010 não foi atingido. A percentagem de adultos com baixos níveis de escolaridade reduziu-se continuamente e a tendência para o fraco desempenho escolar dos estudantes em leitura, que anteriormente se estava a agravar, foi invertida em 2009, se bem que os progressos sejam insuficientes para cumprir o objectivo para 2010.

*várias tendências favoráveis, mas o objectivo de 2010 para a aprendizagem ao longo da vida não foi cumprido*

### Alterações demográficas

Os indicadores demográficos relacionados com a esperança de vida e a fertilidade, bem como os que se relacionam com a adequação do rendimento das pessoas idosas, têm vindo a evoluir favoravelmente. Porém, apesar de terem sido alcançados progressos substanciais, o objectivo para 2010 em termos de emprego dos trabalhadores mais velhos não foi atingido. Por outro lado, os indicadores de acompanhamento da sustentabilidade das finanças públicas evoluíram desfavoravelmente. Os níveis da dívida pública, por exemplo, aumentaram em média na UE de 62,3%, em 2008, para 80%, em 2010, e os progressos em termos de aumento da idade média de reforma têm sido lentos.

**Quadro 6: Avaliação das mudanças observadas no tema das alterações demográficas (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
		<b>Demografia</b>
	 Esperança de vida aos 65 anos (nos homens) (*)	 Taxa de fertilidade (*)
	 Esperança de vida aos 65 anos (nas mulheres) (*)	: Migração
		: População idosa em comparação com a população em idade activa
	<b>Adequação do rendimento das pessoas idosas</b>	
 Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos	 Nível de rendimento das pessoas com mais de 65 anos, em comparação com o que auferiam antes (**)	 Risco de pobreza depois dos 65 anos (**)
	<b>Sustentabilidade das finanças públicas</b>	
	 Dívida pública	 Idade da reforma (***) : Despesas com os cuidados dos idosos : Impacto do envelhecimento nas despesas públicas

(\*) Desde 2002.

(\*\*) Desde 2005.

(\*\*\*) Desde 2001.

### Indicador-chave

O objectivo de uma taxa de emprego de 50% dos trabalhadores mais velhos não foi atingido em 2010. Contudo, a participação dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho aumentou ao longo de todo este período, o que contribuirá para reduzir a procura de despesas com pensões.

*Apesar de o objectivo de 2010 não ter sido cumprido, maior número de trabalhadores mais velhos estão empregados*

### Demografia

A esperança de vida aos 65 anos aumentou para homens e mulheres entre 2002 e 2008. A taxa de renovação da população aumentou também ligeiramente, mantendo-se, porém, a um nível inferior ao da taxa de renovação das gerações, o que, juntamente com o aumento da esperança de vida, indica que a população em idade activa poderá continuar a diminuir em relação à população de reformados.

*O rácio população activa/população inactiva pode continuar a descer, com consequências potenciais para a sustentabilidade das finanças públicas*

A imigração para a UE supera a emigração, apesar de ter caído acentuadamente entre 2007 e 2009. O rácio de pessoas idosas em relação à população de idade activa aumentou de 23,2% para 25,9% entre 2000 e 2010 e, de acordo com as projecções, deverá continuar a aumentar, atingindo 50 pessoas de 65 anos de idade ou mais para cada 100 pessoas em idade activa. O aumento das taxas de dependência dos idosos, combinado com as baixas idades de reforma, exercerá pressões sobre as finanças públicas que serão função do nível de financiamento das pensões garantidas pelo Estado.

#### *Adequação do rendimento das pessoas idosas*

O nível de rendimento das pensões das pessoas de idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos, em comparação com o nível de rendimento do trabalho das pessoas de idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos, manteve-se estável, em 51%, entre 2005 e 2009. O risco de pobreza nas pessoas de mais de 65 anos de idade reduziu-se entre 2000 e 2009, como se tinha verificado já em meados da década de 1990.

*Os níveis médios das pensões continuam a ser adequados e o risco de pobreza dos idosos desceu*

#### *Sustentabilidade das finanças públicas*

No período de 2000 a 2007, o nível da dívida pública foi reduzido com êxito até imediatamente abaixo do nível de referência de 60% da UE, em 2007. Porém, posteriormente a 2007, após o início da crise financeira, a dívida pública aumentou para níveis ainda mais elevados do que os que se registaram em meados de 1990, atingindo 80% em 2010.

*A crise económica actual está a exercer grande pressão sobre a sustentabilidade das finanças públicas*









Apesar do acréscimo da taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos (ver indicador-chave), o ritmo de aumento da idade média de reforma desacelerou, o que torna muito improvável que possa ser atingido o objectivo para 2010 fixado no Conselho Europeu de Barcelona de 2002. As despesas com os cuidados dos idosos, em percentagem do PIB, após terem aumentado entre 2000 e 2005, reduziram-se entre 2005 e 2007, antes de estabilizarem em 2008 a um nível mais favorável, próximo do de 2000.

Tanto o envelhecimento da população como a estrutura dos sistemas de protecção social dos Estados-Membros estão a exercer pressão sobre a sustentabilidade das finanças públicas. As mudanças programadas na despesa pública com as pensões e no rácio de substituição do rendimento teórico ilustram os futuros efeitos potenciais do envelhecimento da população.

#### **Saúde pública**

A evolução constatada desde 2000 no tema da «saúde pública» revela um quadro geralmente favorável. O indicador-chave mostra que, de um modo geral, as pessoas vivem mais tempo. As melhorias ficam também patentes na diminuição das mortes por doença crónica, dos suicídios, da produção de químicos tóxicos, das perturbações causadas pelo ruído e dos acidentes laborais graves. Por outro lado, nem toda a gente beneficiou dessas melhorias e continuam a existir desigualdades importantes no domínio da saúde e do acesso aos cuidados de saúde. Por outro lado, subsistem também dificuldades relacionadas com os determinantes ambientais da saúde. Os cidadãos da UE estão mais expostos ao ozono e às partículas desde o ano 2000.

**Quadro 7: Avaliação das mudanças observadas no tema da saúde pública (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
	<b>A saúde e as desigualdades na saúde</b>	
	 Mortalidade por doenças crónicas	 Suicídios : Carências dos cuidados de saúde
	<b>Determinantes da saúde</b>	
 Esperança de vida e anos de vida saudável (*)	 Produção de químicos tóxicos (**)	 Exposição à poluição atmosférica por partículas  Exposição à poluição atmosférica pelo ozono  Perturbações causadas pelo ruído (***)  Acidentes laborais graves

(\*) Desde 2002, só para a esperança de vida.

(\*\*) Desde 2002.

(\*\*\*) Desde 2005.

#### **Indicador-chave**

As melhorias da esperança de vida indicam que houve progressos na promoção de uma vida mais longa e saudável entre os cidadãos da UE. A esperança de vida à nascença de homens e mulheres aumentou 4 e 3 meses por ano, respectivamente, entre 2002 e 2008. É também evidente que a esperança de vida dos homens se está a aproximar da das mulheres.

*Os cidadãos da UE têm vidas mais longas e saudáveis e o fosso entre homens e mulheres está a diminuir*

#### **A saúde e as desigualdades na saúde**

As melhorias na saúde estão patentes em vários indicadores. A mortalidade por doenças crónicas, que é a principal causa de mortes prematuras na UE, diminuiu 2,0% ao ano entre 2000 e 2008 para as pessoas de menos de 65 anos de idade. Observam-se também melhorias no domínio da saúde mental entre 2000 e 2008, como o comprova a evolução do número de suicídios. A taxa global de suicídios na UE tem vindo a diminuir, em média, 1,9% ao ano entre os adolescentes e 3,3% entre as pessoas com mais de 85 anos. Constituem uma excepção as pessoas de meia-idade, para as quais se verificou a partir de 2007 um aumento da taxa de suicídios, relacionado com o desemprego e o endividamento resultantes da crise financeira.

*Há menos mortes por doenças crónicas ou suicídio. Porém, a crise financeira afectou especialmente as pessoas de meia-idade*

Entre 2005 e 2009, a percentagem de pessoas que afirmam não ter possibilidade de satisfazer as suas necessidades em termos de cuidados de saúde desceu em todos os grupos de rendimentos. Contudo a percentagem de pessoas mais pobres que afirmam não poder satisfazer essas necessidades continua a ser oito vezes maior do que a do grupo de pessoas de rendimentos mais elevados.

*Apesar de ter havido melhorias, o custo dos tratamentos médicos continua a ser um obstáculo para as pessoas mais pobres*

#### **Determinantes da saúde**

A produção de químicos tóxicos na UE registou uma diminuição de 1,8% ao ano, em média, no período de 2002 a 2009. Porém, a percentagem desses produtos na

*A produção de químicos tóxicos*

produção química global não se alterou, como também se não alterou a quota-parte das categorias de produtos químicos mais tóxicos.

*diminuiu, mas não  
houve uma  
mudança a favor  
de químicos  
menos tóxicos  
A exposição à  
poluição  
atmosférica nas  
zonas urbanas  
não melhorou*

A exposição da população urbana à poluição atmosférica por partículas desceu 0,4% por ano, mas continua a estar muito afastada da trajectória que permitiria atingir o objectivo para 2010, e a exposição ao ozono aumentou 2,8% por ano entre 2000 e 2008. Porém, não é possível identificar tendências claras, pois estes indicadores variam de ano para ano e as alterações das concentrações de poluentes atmosféricos são frequentemente consequência de causas naturais ou seminaturais como fogos florestais ou fenómenos climáticos extremos.

A percentagem da população da UE que declara sofrer com o excesso de ruído registou uma diminuição favorável de 1,5% por ano, em média, no período de 2005 a 2009.

*O ruído afecta  
menos pessoas e o  
número de  
acidentes laborais  
graves diminuiu*

Os esforços para melhorar a saúde e a segurança no local de trabalho têm registado progressos na UE que estão essencialmente em consonância com o objectivo de reduzir em 25% os acidentes graves no trabalho, no período de 2007 a 2012.

### **Alterações climáticas e energia**

A maior parte dos indicadores relativos às alterações climáticas e à energia indicam que os progressos realizados desde 2000 têm sido relativamente bons, e só um pequeno número de indicadores continua a evidenciar tendências desfavoráveis. Apesar de a evolução no sentido de uma economia de baixo teor de carbono se reflectir já em alguns indicadores, a economia da UE continua a ser muito dependente da energia baseada no carbono e a maior parte dos indicadores deste tema estão estreitamente relacionados com o crescimento económico. Portanto, é provável que a crise económica tenha um impacto considerável nas questões debatidas no presente capítulo. De um modo geral, a evolução das tendências em 2008 e 2009 não foi consequência de mudanças estruturais profundas, constituindo antes uma interrupção temporária de tendências de mais longo prazo.

As emissões de gases com efeito de estufa (GEE) na UE-27 reduziram-se entre 2000 e 2009, a um ritmo que deverá ser suficiente para cumprir o objectivo de uma redução de 20% até 2020. A UE-15 está também no bom caminho para cumprir o objectivo colectivo do Protocolo de Quioto de redução de 8% das emissões de GEE, em relação aos níveis de 1990, no período de 2008 a 2012 abrangido pelo compromisso. A UE está igualmente no bom caminho para cumprir o objectivo de atingir uma quota de 20% de energias renováveis no seu consumo final energético até 2020.










Regista-se também uma evolução favorável no que se refere à intensidade dos gases com efeito de estufa no consumo energético, à utilização de energias renováveis nos transportes e à produção combinada de calor e electricidade. Em contrapartida, o objectivo de 2010 de uma quota de 21% de energias renováveis na produção de electricidade não será provavelmente atingido, apesar de essa quota ter aumentado entre 2000 e 2009. A dependência da UE face às importações de energia<sup>6</sup> aumentou consideravelmente desde 2000, pois 54% das necessidades de consumo de energia são satisfeitas através de importações provenientes do exterior da UE. A taxa do imposto implícito sobre a energia tem vindo a diminuir desde 2000, o que não é compatível com o objectivo da UE de transferir a tributação do trabalho para o consumo de energia e recursos.

---

<sup>6</sup> O combustível necessário para a produção de energia nuclear não é contabilizado nas importações de energia.



**Quadro 8: Avaliação das mudanças observadas no tema das alterações climáticas e energia (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
		<b>Alterações climáticas</b>
 Emissões de gases com efeito de estufa	: Emissões de gases com efeito de estufa por sector	 Intensidade dos gases com efeito de estufa no consumo energético : Temperatura média global da superfície da terra
		<b>Energia</b>
 Consumo de energias renováveis (*)	 Dependência energética	 Consumo interno bruto de energia  Produção de electricidade a partir de fontes renováveis  Consumo de biocombustíveis nos transportes *  Produção combinada de calor e electricidade (**)  Taxa do imposto implícito sobre a energia

(\*) Desde 2006.

(\*\*) Desde 2004.

#### *Indicadores-chave*

Em 2009, as emissões de GEE da UE-27 fixaram-se em 17,4% abaixo dos níveis de 1990, pelo que é provável que o objectivo de redução de 20% das emissões de GEE até 2020 seja cumprido. Além disso, em 2009 as emissões de GEE da UE-15 fixaram-se em 12,7% abaixo do valor de referência de Quioto. Portanto, os países da UE-15 poderão inclusive ir além do seu compromisso colectivo de Quioto de reduzir 8% as emissões de GEE até 2008-2012.

Na sequência de alterações da metodologia, só estão disponíveis dados relativos ao segundo indicador-chave, «consumo de energias renováveis», de 2006 a 2008. Se o ritmo de evolução actual se mantiver, a UE cumprirá provavelmente o seu objectivo de atingir uma quota de 20% de energias renováveis no seu consumo final energético até 2020.

*A UE-27 está no bom caminho para cumprir o seu objectivo em termos de emissões de GEE em 2020 e os compromissos de Quioto da UE-15 deverão ser cumpridos*

*A UE está no bom caminho para cumprir o seu objectivo em termos da quota de energias renováveis no consumo de energia*

#### *Alterações climáticas*

Com algumas excepções notórias, as percentagens das emissões totais de GEE (excepto bancas internacionais e uso do solo, alterações do uso do solo e silvicultura) emitidas pelas diferentes categorias de fontes de emissões da UE-27 mudaram pouco entre 1990 e 2009. As principais mudanças consistiram em reduções das emissões das indústrias transformadoras e da construção (de 14,8% para 11,5%) e dos processos industriais (de 8,3% para 7%), bem como, principalmente, num aumento das emissões dos transportes de 13,8% para 20,2%.

*Ao passo que a quota-parte de emissões das indústrias transformadoras e da construção e dos processos*

As alterações das percentagens de emissões das outras categorias foram mínimas.

*industriais diminuiu, as emissões dos transportes aumentaram*

A intensidade dos gases com efeito de estufa no consumo energético reduziu-se moderadamente entre 2000 e 2009, se bem que a um ritmo mais lento do que na década de 1990. A utilização de combustíveis com menor teor de carbono foi responsável pela maior parte deste decréscimo.

Entre 2001 e 2010, a temperatura média global da superfície do planeta foi superior em 0,46° C à média de 1961-1990, o que significa que essa década foi o período de dez anos mais quente jamais registado. Esta evolução continua uma tendência em que a década de 2000 foi já mais quente do que a de 1990, que por sua vez foi mais quente do que a de 1980 e do que as décadas anteriores.

*2001-2010 foi a década mais quente jamais registada*

### **Energia**

A dependência da UE-27 face às importações de energia praticamente não sofreu alterações durante a década de 1990, fixando-se nos 45%. Porém, entre 2000 e 2009 o nível de dependência energética registou uma subida acentuada, atingindo cerca de 53,9% em 2009.

*A UE importa mais de metade da sua energia*

A procura de energia na UE desceu ligeiramente. Após ter aumentado continuamente nos primeiros anos da década de 2000, reduziu-se entre 2006 e 2009. De um modo geral, a redução do consumo de combustíveis sólidos foi compensada por uma maior utilização do gás natural e, até certo ponto, das energias renováveis.

*A procura de energia da UE desceu ligeiramente desde 2000*

A quota das energias renováveis na produção de electricidade na UE aumentou de 13,8%, em 2000, para 16,7%, em 2008. Apesar deste aumento, não é provável que a UE cumpra o objectivo de 21% fixado para 2010. Em contrapartida, a quota das energias renováveis nos transportes aumentou rapidamente entre 2006 e 2008 para 3,5% dos combustíveis utilizados nos transportes. Se o ritmo de crescimento actual continuar, a UE cumprirá o objectivo de 5,75% fixado para 2010. Contudo, atendendo a que estes dados se referem apenas a três anos, devem ser interpretados com prudência.

*A UE não deverá atingir a meta de renováveis na electricidade, mas está no bom caminho para atingir a meta de renováveis nos transportes*

O desenvolvimento da co-geração ou produção combinada de calor e electricidade (PCCE), tecnologia que combina a produção de calor útil com a de electricidade, tem sido contínuo, mas lento, atingindo em 2009 uma quota de 11,4% da produção bruta de electricidade.

*Progressos modestos da co-geração*

A taxa do imposto implícito da UE sobre a energia desceu entre 2000 e 2009. Esta redução da carga fiscal efectiva não é compatível com o objectivo da UE de transferir a tributação do trabalho para o consumo de energia e recursos, enquanto instrumento político de promoção de objectivos ambientais e de aumento do emprego.

*Não há uma transferência da tributação do trabalho para a energia*












### **Transportes sustentáveis**

De um modo geral, o panorama das mudanças verificadas desde 2000 no domínio dos transportes sustentáveis é bastante desfavorável, ainda que inclua algumas tendências favoráveis. O panorama aqui apresentado é menos negativo do que o que constava da edição anterior do presente relatório, o que se deve porém em grande medida ao efeito moderador da crise económica, que reduziu a procura de transportes e os seus impactos negativos.

As reduções do consumo de energia e das emissões de gases com efeito de estufa verificadas entre 2007 e 2008 são consequência da crise económica, e não de uma tendência contínua e de longo prazo de dissociação absoluta. Embora tenha havido progressos na dissociação entre os transportes e o respectivo consumo de energia, por um lado, e o desenvolvimento económico, por outro, essa

dissociação foi apenas relativa. Também se não verificou no transporte de mercadorias ou no transporte de passageiros uma transição para modos de transporte com menos impactos ambientais. Registaram-se, porém, reduções importantes das emissões médias de CO<sub>2</sub> dos novos automóveis e da mortalidade rodoviária. A tendência contínua de redução das emissões de óxidos de azoto e de partículas constatada desde 2000 acelerou entretanto.

**Quadro 9: Avaliação das mudanças observadas no tema dos transportes sustentáveis (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
 Consumo de energia dos transportes em relação ao PIB	<b>Transportes e mobilidade</b>	
	 Repartição modal do transporte de mercadorias	 Volume do transporte de mercadorias em relação ao PIB (*)
	 Repartição modal do transporte de passageiros	 Volume do transporte de passageiros em relação ao PIB  Investimento nas infra-estruturas dos transportes : Preços dos transportes de passageiros
	<b>Impacto dos transportes</b>	
	 Emissões de gases com efeito de estufa dos transportes	 Média de emissões de CO <sub>2</sub> por km dos automóveis novos de passageiros (***)  Emissões de NO <sub>x</sub> dos transportes
	 Mortalidade resultante de acidentes rodoviários (**)	 Emissões de partículas dos transportes

(\*) Desde 2004.

(\*\*) Desde 2001.

(\*\*\*) Desde 2007.

#### *Indicador-chave*

O consumo de energia dos transportes tem crescido mais lentamente do que a economia desde 2000 e, portanto, o rácio de consumo de energia por unidade do PIB registou uma descida moderada entre 2000 e 2009, o que indica que se verificou uma pequena dissociação relativa entre o desenvolvimento económico e o consumo de energia dos transportes. Contudo, a ligação entre ambos continua a ser evidente, como o comprova a descida paralela do consumo de energia, quando a economia estagnou em 2008.

*O consumo de energia dos transportes está a crescer mais lentamente do que o PIB*

#### *Transportes e mobilidade*

Entre 2000 e 2007, a proporção do transporte rodoviário nos transportes internos de mercadorias na UE-27 subiu para 77,5% e, conseqüentemente, as percentagens dos transportes ferroviário e por vias navegáveis internas sofreram um ligeiro decréscimo durante esse período. Esta evolução foi acompanhada por um aumento constante da carga transportada (em toneladas por km) entre 2000 e 2007, e só em 2008 esse volume de carga transportada se começou a reduzir, na sequência da desaceleração do crescimento económico causada pela crise económica. Os transportes de mercadorias desceram novamente em 2009, o que teve como resultado uma dissociação absoluta entre o crescimento económico e o transporte de mercadorias no período de 2000 to 2009.

*Quota crescente do transporte rodoviário de mercadorias*

*Dissociação absoluta entre o transporte de mercadorias e a economia*

As quotas modais nos transportes internos de passageiros mantiveram-se bastante estáveis entre 2000 e 2008, embora se tenha notado um ligeiro aumento na quota-parte do transporte por automóvel e ferroviário (responsáveis por 83,3% e por 7,3%, respectivamente, em 2008), à custa de ligeiras quebras nas quotas de

*Dissociação relativa entre o transporte de passageiros e o*

transporte por autocarro. A evolução dos volumes de transporte de passageiros na UE-27 foi semelhante à dos de transporte de mercadorias, embora o decréscimo de 0,4% registado pelos primeiros em 2008 fosse mais moderado do que o dos volumes do transporte de mercadorias, que desceram 1,4%. Uma vez que durante este período os volumes de transporte de passageiros cresceram mais lentamente do que o PIB, verificou-se uma dissociação relativa entre esses volumes e o PIB.

*PIB*

Apesar de a quota-parte dos investimentos em infra-estruturas rodoviárias e aeroportuárias ter descido de 66%, em 2000, para 59%, em 2003, em 2009 aumentou para 68%. A quota-parte dos investimentos em infra-estruturas ferroviárias, de transporte por vias fluviais interiores e portuárias sofreu uma evolução inversa, tendo-se reduzido de 34% para 32% no mesmo período.

*As infra-estruturas de transporte rodoviário continuam a absorver a quota-parte mais importante dos investimentos em infra-estruturas*

Entre 2000 e 2010, os preços dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo de passageiros aumentaram todos substancialmente, ainda que em percentagens diferentes. A maior subida anual de preços registou-se nos serviços de transporte rodoviário de passageiros (ou seja, em autocarro) com uma média de 4,2%, seguida pela do transporte ferroviário (4,0%) e aéreo (2,8%). Os preços de funcionamento do equipamento de transporte pessoal e os custos de aquisição dos veículos aumentaram em média 3,5% e 0,6%, respectivamente, entre 2000 e 2010. Assim, em termos relativos, os preços do transporte rodoviário em veículos privados e do transporte aéreo foram os que aumentaram menos, apesar de este último modo de transporte ser aquele em que o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa estão a crescer mais rapidamente.

*Os preços dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário aumentaram mais rapidamente do que os do transporte aéreo*

### *Impacto dos transportes*

Entre 2000 e 2009, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) dos transportes aumentaram mais lentamente do que no período de 1990 a 2000. Em consequência da redução da procura de transportes verificada durante a crise económica, registaram-se reduções importantes das emissões de GEE dos transportes em 2008 (-1,7%) e 2009 (-2,8%).

*O aumento das emissões de gases com efeito de estufa dos transportes abrandou*

Dado que as emissões de GEE dos transportes rodoviários predominam nas emissões totais dos transportes, a evolução das emissões médias de CO<sub>2</sub> dos automóveis novos de passageiros reveste-se da maior importância do ponto de vista da redução das emissões globais de GEE dos transportes. Registaram-se alguns progressos, com uma redução média anual de 4,2% entre 2007 e 2009 na UE, e em 2009 os automóveis novos emitiam em média 145,7 gramas de CO<sub>2</sub> por quilómetro. As taxas de redução actuais parecem ser suficientes para atingir o objectivo de 130 gramas de CO<sub>2</sub> por quilómetro em 2015.

*Registaram-se progressos na redução das emissões médias de CO<sub>2</sub> da frota de automóveis novos*

Ao contrário das emissões de GEE, que têm aumentado, as emissões de poluentes atmosféricos nocivos como os óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>) e as partículas (PM) têm diminuído de forma constante desde 1990, graças às normas relativas às emissões, que se vão tornando gradualmente mais rigorosas. Os níveis actuais das emissões de NO<sub>x</sub><sup>7</sup> e de PM<sub>2,5</sub><sup>8</sup> são inferiores em mais de 30% ao que eram em 1990. Os valores relativos a 2008 evidenciam que este processo foi mesmo acelerado pela redução dos volumes transportados provocada pela crise

*O decréscimo contínuo das emissões de poluentes atmosféricos acelerou em 2008*

<sup>7</sup> Os óxidos de azoto, óxido nítrico (NO) e dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>), são gases ácidos nocivos para a saúde humana e para o ambiente.

<sup>8</sup> Partículas finas com um diâmetro aerodinâmico médio de 2,5µm, no máximo. Estão associadas a doenças do aparelho circulatório dos seres humanos.

económica.







As medidas destinadas a reduzir a mortalidade causada pelos acidentes rodoviários na UE permitiram reduzir para menos de metade o número de mortos, desde 1991. Os progressos registados entre 2007 e 2009 foram especialmente importantes, o que se relacionava com a insegurança financeira causada pela crise económica. Contudo, esses progressos não são ainda suficientes em comparação com o que seria necessário para reduzir em 50% a mortalidade nas estradas entre 2001 e 2010.

*A mortalidade resultante de acidentes rodoviários continua a descer*

### Recursos naturais

As mudanças observadas desde 2000 no tema dos recursos naturais evidenciam tendências favoráveis e desfavoráveis. Por um lado, têm-se registado progressos contínuos em termos de designação de áreas protegidas e de qualidade da água, e a extracção de madeira das florestas tem sido sustentável. A abundância e a diversidade de aves comuns estabilizaram, sendo embora substancialmente inferiores aos níveis de 1990 e das décadas anteriores. Por outro lado, os recursos haliêuticos continuam a estar ameaçados e a área construída continua a aumentar, em detrimento das áreas de terrenos seminaturais.

**Quadro 10: Avaliação das mudanças observadas no tema dos recursos naturais (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
		<b>Biodiversidade</b>
 Abundância de aves comuns (*)	 Áreas protegidas (**)	
		<b>Recursos de água doce</b>
	: Captação de água	 Qualidade da água fluvial (***)
		<b>Ecossistemas marinhos</b>
		: Capacidade de pesca
		<b>Utilização dos solos</b>
 Conservação dos recursos haliêuticos	 Aumento da área construída (****)	 Aumento da área florestal e abates

(\*) Agregado da UE baseado em 19 Estados-Membros.

(\*\*) UE-25, desde 2006.

(\*\*\*) Agregado baseado em 19 países europeus.

(\*\*\*\*) Agregado da UE baseado em 23 Estados-Membros.

### Indicadores-chave

O índice da totalidade das aves comuns da UE começou a estabilizar a partir de 2000, após as quebras acentuadas das décadas anteriores. A recuperação foi especialmente evidente no caso das espécies generalistas dos habitats e das espécies florestais. Por outro lado, as populações de aves nas terras agrícolas continuaram a decair.

*As populações de aves comuns estão a recuperar, mas a níveis inferiores aos das décadas anteriores.*

O total de capturas de peixe efectuadas em unidades populacionais que não se encontram dentro dos seus limites biológicos seguros atingiu perto de 24% em 2009. Actualmente, as capturas de peixe de todas as categorias ultrapassam em muito um nível de exploração sustentável.

*As capturas de peixe continuam a ultrapassar os limites biológicos seguros*

### Biodiversidade

Em 2010, as áreas designadas para conservação da natureza na UE-25 alcançaram 89% do que se considera suficiente em termos de habitats para garantir a biodiversidade. Apesar dos diferentes níveis de execução nos Estados-Membros mais antigos e nos que aderiram mais recentemente à UE, o valor médio dos 27 Estados-Membros era de 98% em 2010. Embora a execução esteja quase terminada em termos da área coberta, serão ainda necessários

*As áreas protegidas caminham para a suficiência*

progressos em termos de gestão das áreas designadas e da interligação dessas áreas.

### *Recursos de água doce*

Na maior parte dos países em que há dados disponíveis, a captação de águas superficiais estabilizou. Porém, em alguns países a captação de águas subterrâneas mantém-se a níveis elevados ou insustentáveis. A grande variação desses níveis nos diferentes países relaciona-se com características climáticas, bem como com a importância relativa de sectores económicos específicos como o turismo e a agricultura em algumas regiões europeias.

*A qualidade da água doce dos rios está a melhorar e as taxas de captação estabilizaram*

Entre 2000 e 2008, a concentração de matéria orgânica biodegradável e de outros nutrientes poluentes nos rios reduziu-se em toda a Europa<sup>9</sup>, denotando uma melhoria clara da qualidade da água doce. A directiva relativa às águas residuais urbanas e a directiva-quadro da água incluem-se entre os principais motores desta tendência favorável.

### *Ecossistemas marinhos*

A frota de pesca da UE-15 tem vindo a ser reduzida continuamente em termos de potência motriz total das embarcações, a fim de coadunar a capacidade pesqueira com os recursos haliêuticos disponíveis. Simultaneamente, porém, a tecnologia e a eficiência da pesca têm evoluído, o que não permitiu a diminuição da capacidade pesqueira total.

*Apesar da redução da frota de pesca, a capacidade de pesca não diminuiu*

### *Utilização dos solos*

Entre 2000 e 2006, a área construída continuou a aumentar, ocupando áreas de terrenos agrícolas e seminaturais. Os principais responsáveis por esse aumento são as minas, os aterros sanitários e a construção. A fragmentação dos ecossistemas associada à extensão dessas estruturas lineares exerce grandes pressões sobre a biodiversidade.

*As áreas de terrenos agrícolas continuaram a ser ocupadas por construções*

Entre 2000 e 2010, o volume de madeira abatida aumentou ligeiramente, ao mesmo tempo que a taxa de crescimento da floresta descia substancialmente, o que teve como resultado um aumento substancial da taxa de utilização da floresta (rácio entre o volume abatido e o crescimento líquido anual). Contudo, os volumes abatidos continuam a ser sustentáveis.

*Os volumes abatidos continuam a ser sustentáveis*











### **Parceria global**

O panorama global apresentado pelos indicadores do tema da parceria global é bastante favorável. A maior parte dos indicadores acusam uma tendência favorável desde 2000, nomeadamente os que se referem aos fluxos comerciais, ao financiamento do desenvolvimento sustentável e à gestão dos recursos naturais. Porém, a UE não está no bom caminho no que se refere ao cumprimento do indicador-chave, que mede a parte do rendimento nacional bruto dedicada à ajuda pública ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Além disso, muitos indicadores evoluíram desfavoravelmente no período de 2007 a 2009, paralelamente à crise económica global.

---

<sup>9</sup> Este indicador é pan-europeu, incluindo tanto os Estados-Membros como os outros Estados.

**Quadro 11: Avaliação das mudanças observadas no tema da parceria global (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
 Ajuda pública ao desenvolvimento	 Importações de países em desenvolvimento	 Proporção das importações dos países menos desenvolvidos  Subsídios à agricultura da UE
	<b>Financiamento do desenvolvimento sustentável</b>	
	 Financiamento para os países em desenvolvimento (*)	 Proporção de investimento directo estrangeiro nos países com baixos rendimentos (**)  Proporção de ajuda pública ao desenvolvimento para os países com baixos rendimentos (*)  Proporção de ajuda não ligada (*)  Ajuda para serviços e infra-estruturas sociais (*) : Ajuda à redução da dívida
	<b>Gestão de recursos globais</b>	
	: Emissões de CO <sub>2</sub> por habitante	 Ajuda para abastecimento de água e saneamento básico *)

(\*) UE-15.

(\*\*) Países da UE que são membros do CAD.

**Indicador-chave**

A percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) despendida na ajuda pública ao desenvolvimento (APD) dos países em desenvolvimento aumentou apenas ligeiramente entre 2005 e 2010. Ficou assim aquém do objectivo intercalar de 0,56% estabelecido para 2010, e também não está no bom caminho para atingir o objectivo de dedicar 0,7% do seu RNB à APD em 2015.

*A UE não cumpriu o seu objectivo de dedicar 0,56% do RNB à APD em 2010*

**Globalização do comércio**

A quota-parte das importações dos países em desenvolvimento no total das importações da UE aumentou entre 2000 e 2010. Esta tendência sofreu uma interrupção em 2009, reflectindo a crise económica global. As importações dos países menos desenvolvidos evoluíram em conformidade com o objectivo da UE de aumentar a quota-parte dessas importações, que de um modo geral continuou a ser baixa. Os subsídios à agricultura da UE que foram classificados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como fatores de distorção do comércio sofreram uma redução de mais de dois terços entre 2000 e 2007.

*As importações provenientes de países em desenvolvimento aumentaram*

**Financiamento do desenvolvimento sustentável**

No total, a UE-15 forneceu mais fundos aos países em desenvolvimento em 2009 do que em 2000, reflectindo uma tendência geral dos doadores. Registaram-se progressos moderados em termos de aumento da quota-parte do investimento directo estrangeiro (IDE) e da ajuda ao desenvolvimento dedicada aos países de baixo rendimento. Porém, a crise económica global provocou uma descida desses fluxos entre 2007 e 2008. Em 2009, a maior parte dos indicadores ainda não tinham atingido novamente o seu nível de 2007. Em 2009 foi prestada menos ajuda do que em 2000 para efeitos de redução da dívida.

*O financiamento total da UE-15 ao desenvolvimento aumentou, mas a crise económica teve um impacto negativo*

### Gestão de recursos globais







Os indicadores de gestão de recursos globais evidenciaram tendências favoráveis. A disparidade entre os níveis de emissões de CO<sub>2</sub> por habitante na UE e nos países em desenvolvimento reduziu-se, continuando embora a ser substancial. Essa redução foi devida a um aumento das emissões de CO<sub>2</sub> dos países em desenvolvimento e a uma redução das da UE. A ajuda para abastecimento de água e saneamento básico aumentou substancialmente entre 2000 e 2009.

*A disparidade entre as emissões de CO<sub>2</sub> da UE e dos países em desenvolvimento está a reduzir-se*

### Boa governação

As tendências observadas desde 2000 no tema da boa governação têm sido heterogéneas. Registaram-se tendências favoráveis no que se refere aos processos de infracção, bem como à disponibilidade e utilização da administração pública electrónica (*e-government*). Por outro lado, a transposição da legislação da UE tem ultrapassado o objectivo fixado. Contudo, observaram-se também tendências negativas no que respeita à afluência às urnas nas eleições legislativas nacionais, que está geralmente a decair. Além disso, as tendências do rácio da fiscalidade ambiental relativamente à do trabalho indicam que não foi possível uma transição generalizada para uma proporção mais alta de impostos ambientais no total das receitas fiscais.

**Quadro 12: Avaliação das mudanças observadas no tema da boa governação (UE-27, desde 2000)**

Nível 1	Nível 2	Nível 3
	<b>Eficácia e coerência das políticas</b>	
	 Processos por infracção (*)	: Confiança dos cidadãos nas instituições da UE  Transposição do Direito da UE (*)
	<b>Abertura e participação</b>	
	 Afluência às urnas	 Disponibilidade da administração pública electrónica ( <i>e-government</i> ) (*)  Utilização da administração pública electrónica (**)
	<b>Instrumentos económicos</b>	
	 Fiscalidade ambiental em comparação com a laboral	

(\*) Desde 2007.

(\*\*) Desde 2005.

### Eficácia e coerência das políticas

Em 2009, metade dos cidadãos da UE-27 afirmaram confiar no Parlamento Europeu, que se tornou assim na instituição mais merecedora de confiança entre as principais instituições da UE. Menos cidadãos declararam confiar na Comissão Europeia e no Conselho da UE.

*Entre as principais instituições da UE, o Parlamento Europeu é a que merece maior confiança*

Entre 2007 e 2009, o número de novos processos por infracção na UE reduziu-se consideravelmente, de 212 para 142. Esta evolução deveu-se principalmente a reduções em dois domínios políticos: mercado interno e justiça e assuntos internos. Porém, registaram-se diferenças substanciais entre os diversos sectores políticos.

*Decréscimo dos novos processos por infracção e transposição do Direito da UE supera o objectivo*

Em 2001, o Conselho Europeu estabeleceu o objectivo de uma taxa de transposição de 98,5% da legislação comunitária pelas autoridades nacionais. Se bem que em 2009 a taxa de transposição global tenha superado ligeiramente o objectivo de 98,5%, em vários sectores políticos as taxas de transposição foram



mais baixas.

### *Abertura e participação*

A afluência às urnas nas eleições legislativas nacionais diminuiu ligeiramente na no conjunto da UE entre 2000 e 2008. De um modo geral, a participação nas eleições nacionais tem sido superior à das eleições parlamentares da UE.

*Ligeiro  
decréscimo da  
afluência às urnas  
nas eleições  
nacionais*

A disponibilidade de serviços públicos elementares na UE através da administração pública electrónica é grande, tendo registado um aumento constante desde 2002, e o recurso dos particulares a esses serviços também cresceu entre 2005 e 2010. Contudo, há diferenças consideráveis entre os Estados-Membros.

*A disponibilidade  
e a utilização do  
e-government  
estão a aumentar*

### *Instrumentos económicos*

Verificou-se na UE entre 2000 e 2009 uma transferência de impostos sobre o ambiente para o trabalho que não é compatível com o objectivo da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE de transferir a incidência da tributação do trabalho para o consumo de energia e recursos e/ou a poluição.

*O rácio da  
fiscalidade  
ambiental  
relativamente à  
do trabalho  
diminuiu*